

DIREITO PENAL

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 31.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
<u>Código Penal</u>	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Federal nº 13.880, de 08 de outubro de 2019</u>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica, na forma em que especifica.
<u>Decreto Federal nº 9.981, de 20 de setembro de 2019</u>	Altera o Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.
<u>Lei Federal nº 13.871, de 17 de setembro de 2019</u>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.
<u>Lei Federal nº 13.869, de 05 de setembro de 2019</u>	Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). <u>Mensagem de veto</u>
<u>Decreto Federal nº 9.871, de 27 de junho de 2019</u>	Dispõe sobre o Comitê Gestor da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.

<u>Decreto Federal nº 9.847, de 25 de junho de 2019</u>	Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.
<u>Decreto Federal nº 9.846, de 25 de junho de 2019</u>	Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores.
<u>Decreto Federal nº 9.845, de 25 de junho de 2019</u>	Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição.
<u>Lei Federal nº 13.836, de 04 de junho de 2019</u>	Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.
<u>Decreto Federal nº 9.706, de 8 de fevereiro de 2019</u>	Concede indulto humanitário e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019</u>	Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.
<u>Lei Federal nº 13.804, de 10 de janeiro de 2019</u>	Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, ao descaminho, ao furto, ao roubo e à receptação; altera as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e 6.437, de 20 de agosto de 1977. Mensagem de veto
<u>Lei Federal nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018</u>	Altera a Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.
<u>Lei Federal nº 13.771, de 19 de dezembro de 2018</u>	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
<u>Lei Federal nº 13.718, de 24 de setembro de 2018</u>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do

	Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).
<u>Lei Federal nº 13.715, de 24 de setembro de 2018</u>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.
<u>Decreto Federal nº 9.450, de 24 de julho de 2018</u>	Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal.
<u>Decreto Federal nº 9.370, de 11 de maio de 2018</u>	Concede indulto especial e comutação de penas às mulheres presas que menciona, por ocasião do Dia das Mães.
<u>Lei Federal nº 13.654, de 23 de abril de 2018</u>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre os crimes de furto qualificado e de roubo quando envolvam explosivos e do crime de roubo praticado com emprego de arma de fogo ou do qual resulte lesão corporal grave; e altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para obrigar instituições que disponibilizem caixas eletrônicas a instalar equipamentos que inutilizem cédulas de moeda corrente.
<u>Lei Federal nº 13.642, de 03 de abril de 2018</u>	Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.
<u>Lei Federal nº 13.641, de 03 de abril de 2018</u>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.

<u>Lei Federal nº 13.531, de 7 de dezembro de 2017</u>	Dá nova redação ao inciso III do parágrafo único do art. 163 e ao § 6º do art. 180 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.
<u>Lei Federal nº 13.505, de 08 de novembro de 2017</u>	Acrescenta dispositivos à Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.497, de 26 de outubro de 2017</u>	Altera a Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito no rol dos crimes hediondos.
<u>Mensagem de veto total nº 419, de 26 de outubro de 2017</u>	Projeto de Lei nº 152, de 2015 (nº 3.624/08 na Câmara dos Deputados), que "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM, define crimes e dá outras providências, para conceder porte de arma aos integrantes dos quadros de pessoal de fiscalização dos departamentos de trânsito".
<u>Medida Provisória nº 781, de 23 de maio de 2017</u>	Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre a transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para permitir que os servidores que menciona prestem serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal de 12 de abril de 2017</u>	Concede indulto especial e comutação de penas às mulheres presas que menciona, por ocasião do Dia das Mães, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 8.940, de 22 de dezembro de 2016</u>	Concede indulto natalino e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 8.935, de 19 de dezembro de 2016</u>	Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.
<u>Lei Federal nº 13.344, de 6 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

<u>Decreto Federal nº 8.858, de 26 de setembro de 2016</u>	Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.
<u>Lei Federal nº 13.330 de 02 de agosto de 2016</u>	Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e de receptação de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes.
<u>Lei Federal nº 13.228, de 28 de dezembro de 2015</u>	Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer causa de aumento de pena para o caso de estelionato cometido contra idoso.
<u>Decreto Federal nº 8.615, de 23 de dezembro de 2015</u>	Concede indulto natalino e comutação de penas e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 8.614, de 22 de dezembro de 2015</u>	Regulamenta a Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006, para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.
<u>Lei Complementar nº 153, de 9 de dezembro de 2015</u>	Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 13.167, de 6 outubro de 2015</u>	Altera o disposto no art. 84 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer critérios para a separação de presos nos estabelecimentos penais.
<u>Lei Federal nº 13.163, de 9 de setembro de 2015</u>	Modifica a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.142, de 6 de julho de 2015</u>	Altera os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).
<u>Lei Federal nº 13.124, de 21 de maio de 2015</u>	Altera a Lei no 10.446, de 8 de maio de 2002, que dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1o do art. 144 da Constituição Federal.
<u>Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015</u>	Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
<u>Decreto Federal nº 8.380, de 24 de dezembro de 2014</u>	Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.

<u>Lei Federal nº 13.008, de 26 junho de 2014</u>	Dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e acrescenta-lhe o art. 334-A.
<u>Lei Federal nº 12.984, de 2 junho de 2014</u>	Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids.
<u>Lei Federal nº 12.978, de 21 maio de 2014</u>	Altera o nome jurídico do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
<u>Lei Federal nº 12.961, de 4 de abril de 2014</u>	Altera a Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destruição de drogas apreendidas.
<u>Lei Federal nº 7.873, de 26 de dezembro de 2012</u>	Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 12.737, de 30 de novembro de 2012</u>	Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 12.735, de 30 de novembro de 2012</u>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 12.720, de 27 de setembro de 2012</u>	Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de setembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 12.714, de 14 de setembro de 2012</u>	Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.
<u>Lei Federal nº 12.694, de 24 de julho de 2012</u>	Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 12.683, de 9 de julho de 2012</u>	Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

<p><u>Lei Federal nº 12.681, de 4 de julho de 2012</u></p>	<p>Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP; altera as Leis nºs 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.530, de 24 de outubro de 2007, a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; e revoga dispositivo da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001.</p>
<p><u>Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013</u></p>	<p>Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.</p>
<p><u>Lei Federal nº 12.654, de 28 de maio de 2012</u></p>	<p>Altera as Leis nºs 12.037, de 1º de outubro de 2009, e 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, e dá outras providências.</p>
<p><u>Lei Federal nº 12.653, de 28 de maio de 2012</u></p>	<p>Acresce o art. 135-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia e dá outras providências.</p>
<p><u>Lei Federal nº 12.650, de 17 de maio de 2012</u></p>	<p>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.</p>
<p><u>Decreto Federal nº 7.648, de 21 de dezembro de 2011</u></p>	<p>Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.</p>
<p><u>Decreto Federal nº 7.637, de 8 de dezembro de 2011</u></p>	<p>Altera o <u>Decreto nº 7.179</u>, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.</p>
<p><u>Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011</u></p>	<p>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.</p>
<p><u>Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011</u></p>	<p>Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.</p>
<p><u>Lei Federal nº 12.408, de 25 de maio de 2011</u></p>	<p>Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de</p>

	comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos.
<u>Decreto Federal nº 7.473, de 5 de maio de 2011</u>	Altera o <u>Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004</u> , que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.
<u>Decreto Federal nº 7.420, de 31 de dezembro de 2010</u>	Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010.</u>	Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.
<u>Lei Federal nº 12.299, de 27 de julho de 2010</u>	Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 12.258, de 15 de junho de 2010</u>	Altera o <u>Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940</u> (Código Penal), e a <u>Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984</u> (Lei de Execução Penal), para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica.
<u>Lei Federal nº 12.234, de 5 de maio de 2010</u>	Altera os <u>arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940</u> - Código Penal.
<u>Lei Estadual nº 5681, de 05 de abril de 2010.</u>	Dispõe sobre campanha de esclarecimento sobre o combate à pedofilia no estado do rio de janeiro através dos meios de comunicação oficial, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 12.037, de 1º de outubro de 2009</u>	Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.
<u>Lei Federal nº 12.033, de 29 de setembro de 2009</u>	Altera a redação do parágrafo único do art. 145 do <u>Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940</u> - Código Penal, tornando pública condicionada a ação penal em razão da injúria que especifica.
<u>Lei Federal nº 12.015, de 7 de agosto de 2009</u>	Altera o Título VI da Parte Especial do <u>Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940</u> - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.

<u>Lei Federal nº 12.012, de 6 de agosto de 2009</u>	Acrescenta o art. 349-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.
<u>Decreto nº 6.706, de 22 de dezembro de 2008</u>	Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 11.596, de 29 de novembro de 2007</u>	Altera o inciso IV do caput do artigo 117 do decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível.
<u>Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006</u>	Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD.
<u>Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006</u>	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 11.106, de 28 de março de 2005</u>	Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 11.035, de 22 de dezembro de 2004</u>	Altera o artigo 293, inciso I, §1º e 5º, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.
<u>Decreto Federal nº 5.123, de 1 de julho de 2004</u>	Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.
<u>Lei Federal nº 10.886, de 17 de junho de 2004</u>	Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica".
<u>Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003</u>	Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências (vide <u>Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004</u>).
<u>Lei Federal nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003</u>	Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo.
<u>Lei Federal nº 10.763, de 12 de novembro de 2003</u>	Acrescenta o §4º ao art.33 do Código Penal e modifica a pena cominada aos crimes de corrupção ativa e passiva.
<u>Lei Federal nº 10.695, de 1 de julho de 2003</u>	Altera e acresce parágrafo ao art. 184 e dá nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e

	acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.
Crime Hediondo	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Federal nº 12.121, de 15 de dezembro de 2009</u>	Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.
<u>Lei Federal nº 11.464, de 28 de março de 2007</u>	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal.
<u>Lei Federal nº 8.072, de 25 de julho de 1990</u>	Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.
Execução Penal	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Federal nº 11.466, de 28 de março de 2007</u>	Altera a Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal, e o Decreto-Lei nº 2.848/40 Código Penal. - Falta disciplinar grave do preso e crime do agente público a utilização de telefone celular.
<u>Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984</u>	Institui a Lei de Execução Penal.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Estadual nº 8493, de 30 de agosto de 2019</u>	Dispõe sobre os presos acautelados pelo Estado e seu tratamento hospitalar e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8478, de 18 de julho de 2019</u>	Proíbe a comercialização, o uso, o porte e a posse da substância constituída de vidro moído e cola (cerol), além da linha encerada com quartzo moído, algodão e óxido de alumínio (linha chilena), e de qualquer produto utilizado na prática de soltar pipas que possua elementos cortantes, e dá outras providências.

<u>Lei Estadual nº 8411, de 05 de junho de 2019</u>	Dispõe sobre a regulamentação dos internos nos sistemas prisionais do Estado do Rio de Janeiro na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 8029, de 29 de junho de 2018</u>	Dispõe sobre a destinação de bens e produtos apreendidos no combate ao furto, roubo de cargas, contrabando e descaminho no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7712, de 06 de outubro de 2017</u>	Estabelece penalidades administrativas aos clubes de futebol cujas torcidas praticarem atos de racismo em estádios do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7499, de 06 de dezembro de 2016</u>	Altera a lei 5530 de 02 de setembro de 2009 que dispõe sobre o monitoramento eletrônico de apenados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7044, de 16 de julho de 2015</u>	Cria o Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Roubo de Cargas no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6997, de 08 de maio de 2015</u>	Cria Programa Estadual de Prevenção ao Consumo de Crack no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6785 de 22 de maio de 2014</u>	Dispõe sobre a impossibilidade de investidura em cargo público da Administração Pública Direta, Indireta, Autarquias e Fundações, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, ante a existência de condenação, com trânsito em julgado, pela prática de qualquer modalidade de abuso sexual contra menor (Pedofilia).
<u>Lei Estadual nº 6457, de 03 de junho de 2013</u>	Institui a política estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência contra a Mulher no Estado do Rio de Janeiro – “OBSERVA MULHER-RJ”, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6084, de 22 de novembro de 2011</u>	Institui o programa de prevenção e conscientização do assédio moral e violência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 5954, de 18 de abril de 2011</u>	Institui o programa de inclusão no mercado de trabalho de adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br